



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	15852/2024
Data do Início	02/07/2024
Folha	42
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 25073/2023, Pregão Presencial 07/2024**

**OBJETO:** Registro de preço para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de tecnologia da Informação para uso administrativo e pedagógico, com suporte técnico total concomitante.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **PJC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	15852/2024
Data do Início	02/07/2024
Folha	43
Rubrica	

pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. § 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.”

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

## **II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta ilegalidade no instrumento convocatório;
- Ausência de previsão do objeto da contratação no PCA;
- Violação do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **III – DO MÉRITO**

Em suas razões, o impugnante alega que o edital do certame supracitado se encontra equivocado no sentido de ter como objeto da contratação, objeto não previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício do ano de 2024 e, ainda, que viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, no momento em que contrai obrigação de despesa que não possui lastro financeiro nos últimos oito meses do mandato.

Apesar da ora impugnante se respaldar na Lei 14.133/2021 e o edital em questão estar pautado nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, vejamos.

A Lei nº 8.666/93 exige para a realização da licitação a existência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, ou seja, a lei não exige a disponibilidade financeira (fato da administração ter o recurso disponível ou liberado), mas, tão somente, que haja previsão destes recursos na lei orçamentária.

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	15852/2024
Data do Início	02/07/2024
Folha	44
Rubrica	

Contudo, esta Comissão entende que os argumentos apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 03/07/2024

---

Flávia Maria Nogueira Mattos  
Pregoeira  
Mat. 109.262